



CORPO-TERRITÓRIO, GÊNERO E DEFICIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS E ATRAVESSAMENTOS NA CAMPANHA #ÉCAPACITISMOQUANDO...

CUERPO-TERRITORIO, GÉNERO Y DISCAPACIDAD: EXPERIENCIAS Y CRUCES EN LA CAMPAÑA #ÉCAPACITISMOCUANDO...

BODY-TERRITORY, GENDER AND DISABILITY: EXPERIENCES AND CROSSINGS IN THE #ÉCAPACITISMOWHEN CAMPAIGN...

Layla Gabriele Shasta Rodrigues de Oliveira¹

Renata Pitombo Cidreira²

RESUMO

Este estudo analisa postagens da campanha digital #ÉCapacitismoQuando (2016/2018), explorando a interseção entre corpo, território e deficiência, especialmente para mulheres. Utilizando uma abordagem dos Estudos Culturais, contextualiza radicalmente as publicações (GROSSBERG, 2020, 2018). O trabalho também emprega o conceito de corpo-território (HAESBAERT, 2021), examinando como o corpo reflete histórias e experiências que moldam a corporeidade. Como conclusão, destaca-se que a relação entre corpo e território se expressa na memória, afetos, temporalidades e geopolítica dos corpos sensíveis (SILVA, 2020), influenciados pela luta contra o capacitismo.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Corpo-Território. Territorialidade. gênero.

RESUMEN

Este estudio analiza publicaciones de la campaña digital #ÉCapacitismo Quando (2016/2018), explorando la intersección entre cuerpo, territorio y discapacidad, especialmente para las mujeres. Utilizando un enfoque de Estudios Culturales,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos (PPGCOM) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharel em Jornalismo e Mídias pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: laylashasta@gmail.com

² Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), pós-doutorado em Sociologia (Paris V – Sorbonne, França) e em Comunicação e Artes (UBI – Covilhã, Portugal). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: pitomboc@yahoo.com.br.

contextualiza radicalmente las publicaciones (GROSSBERG, 2020). El trabajo también emplea el concepto de cuerpo-territorio (HAESBAERT, 2021), examinando cómo el cuerpo refleja historias y experiencias que dan forma a la corporalidad. En conclusión, se destaca que la relación entre cuerpo y territorio se expresa en la memoria, los afectos, las temporalidades y la geopolítica de los cuerpos sensibles (SILVA, 2020), influenciados por la lucha contra el capacitismo.

PALABRAS-CLAVE: Discapacidad. Cuerpo-Territorio. Territorialidad. Género

ABSTRACT

This study analyzes posts from the digital campaign #ÉCapacitismoQuando (2016/2018), exploring the intersection between body, territory and disability, especially for women. Using an approach to Cultural Studies, it radically contextualizes the publications (GROSSBERG, 2020). The work also employs the concept of body-territory (HAESBAERT, 2021), examining how the body reflects stories and experiences that shape corporeidade. As a conclusion, it is highlighted that the relationship between body and territory is expressed in memory, affections, temporalities and geopolitics of sensitive bodies (SILVA, 2020), influenced by the struggle against ableism.

KEYWORDS: Disability. Body-Territory. Territoriality. Gender.



Foi em novembro de 2016 que um grupo brasileiro de Pessoas com Deficiência (PCDs) decidiu elaborar uma campanha para as mídias sociais com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a luta contra o capacitismo³ (MELLO, 2019). Assim nasceu, nas plataformas Facebook e Twitter, a hashtag “#ÉCapacitismoQuando”, mobilização alusiva ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado anualmente no dia 3 de dezembro. A ação incitou centenas de usuários, que utilizaram a *hashtag* para falar publicamente sobre situações que configuram preconceito contra as pessoas com deficiência, ainda que de maneira velada ou mascaradas por supostas boas intenções.

A mobilização “começou oficialmente em 30 de novembro de 2016 e atingiu seu pico em 3 de dezembro do mesmo ano, chegando a pautar a agenda midiática” (MELLO, 2019, p. 126). Nesse período, as frases compartilhadas nos *posts* questionavam as narrativas culturais hegemônicas que restringiam as noções de “capacidade” aos corpos

³ “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”. (VENDRAMIN, 2019, p. 17).

moldados pelas “leis” da corpo-normatividade. Os relatos, então, são reflexos da condição política dos sujeitos, internalizada e refletida pelo corpo, que evidenciam como ele não pode ser tratado de modo neutro, posto que tem raça, sexualidade, gênero, etc.

Este artigo, então, se debruça sobre os discursos destacados pela campanha digital #ÉCapacitismoQuando, no Twitter (atual “X”), como porta de entrada para compreender como a interação entre corpo e território se manifesta na vivência e sensibilidades da pessoa com deficiência, principalmente das mulheres. É, portanto, uma pesquisa de caráter exploratório, que explora a relação entre corpo e território na experiência das pessoas com deficiência. Desse modo, almeja-se “proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar” (PRODANOV; FREITAS, 2013), possibilitando a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema.

Para isso, é acionado o conceito de corpo-território⁴, com base nas propostas de Rogério Haesbaert (2021). A ideia compreende o aspecto relacional do corpo e do território, reconhecendo que “‘o corpo não apenas está no espaço, *ele é espaço*’, como ‘uma superfície [de inscrição], (...) marcada e transformada pela nossa cultura’” (VALENTINE, 2001 apud HAESBAERT, 2021, p. 165).

Quanto aos procedimentos metodológicos, fundamenta-se, especialmente, na pesquisa bibliográfica e, ainda, no estudo de caso, analisando as publicações, que são, também, exemplos que estimulam a compreensão. É acionado, também, um olhar dos estudos culturais, fundamentados, aqui, pelas ideias de Grossberg (2020, 2018) e Williams (1979). Desse modo, considerada o coração dos estudos culturais (GROSSBERG, 2020), a ferramenta fundamental para essa observação é a contextualização radical. Para Grossberg (2020), trata-se de um tipo de análise capaz de elucidar a complexidade dos conflitos presentes nos contextos e na realidade social.

Estão colocadas em análise as publicações divulgadas no ano de 2016, quando a campanha foi lançada e esteve ativa convocando mobilização, bem como o seu contexto social, mas, também são analisadas algumas postagens do ano de 2018, quando usuários, de maneira orgânica, retomaram o uso da hashtag em prol do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (PcD), comemorado em 21 de setembro.

Ao colocar as publicações em contexto, como resultado, são desnudadas lutas pela vida, afetos e modos de engajamento identitário que enfatizam como o corpo e o território se imbricam na fundação da vivência e subjetividade dos membros de uma sociedade.

⁴ Expressão ligada aos movimentos comunitários e mulheres indígenas da América Latina.

Fica evidenciada a presença de um biopoder hierárquico inscrito no espaço do próprio corpo, o que afirma a sua centralidade como território, aqui entendido além da concepção tradicional que o associa apenas à escala estatal ou geográfica e reconhecido como espaço de vida e defesa da vida, constituído por relações sociais (HAESBAERT, 2021).

Além disso, são colocadas em diálogo com as aferições de Haesbaert, durante a análise das publicações, as concepções de Rosemerie Garland-Thomsom em seu livro "Corpos Extraordinários" (1997), texto fundador do cânone dos estudos sobre deficiência em diálogo com a teoria feminista. Portanto, considera-se, aqui, que o corpo desempenha um papel crucial na interação entre espaço e tempo, pois reflete não apenas a história individual de cada pessoa, mas também a história do grupo e território ao qual ela pertence. Partindo desses princípios, para observar corpo e território na vivência da pessoa com deficiência, cabe questionar: quais memórias a lesão ⁵invoca? Quais são os territórios demarcados *nos* e *pelos* corpos com deficiências, especialmente os corpos femininos? E como o passado, presente e o futuro são acionados, ao mesmo tempo, nesses corpos? Estas são algumas perguntas que norteiam a jornada desta análise.

Corpo, território, gênero e deficiência

Para mergulhar nesse debate, é imprescindível, em primeiro lugar, definir o que são *territórios*. Aqui, como já posto, é abraçada uma perspectiva latino-americana, transcendendo as noções clássicas que o restringem às definições geográficas. Território, “diferentemente de *lugar* ou *local*, tem um sentido material e simbólico, e coloca ênfase nas relações de poder no espaço” (GOMES; FARIAS, 2021, p. 294, grifo nosso). Assim, desvelam-se as relações entre corpo e território e, por consequência, território-corpo-deficiência. Nesta pesquisa, o território se revela como um fluxo constante, moldado pelas teias das relações sociais, e fundamental para entender as conexões entre identidade, emoções, cultura, comunicação e política. Além disso, não é estático e está em eterna transformação, sendo palco de conflitos, encontros, disputas e danças de poder.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa

⁵ “Lesão: ausência parcial ou total de um membro, ou membro, organismo ou mecanismo corporal defeituoso; (UPIAS, 1976, p. 3-4 apud DINIZ 2007, p. 17). Assim, a “Deficiência é um fenômeno sociológico e Lesão uma expressão da biologia humana isenta de sentido” (DINIZ, 2003, p. 3).

da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida. (HAESBAERT, 2021, p. 162).

O território é, portanto, um espaço de vida e batalha pela vida, especialmente em uma sociedade que lança obstáculos à existência daqueles que habitam nas margens, entre os quais pode-se apontar mulheres com deficiência. É importante reiterar, também, que a noção de *espaço* trabalhada nesta discussão não está restrita a lugares físicos e específicos.

Muito mais do que um conjunto abstrato de linhas (ou um “container” vazio a ser preenchido), um mero jogo de localizações de pontos ou delimitação de áreas, o espaço deve ser visto a partir de seu atributo dinâmico, de suas distintas durações e, assim, de seu caráter múltiplo e relacional. (HAESBAERT, 2021, p. 37).

Tal abordagem tem contribuições decisivas fornecidas por Doreen Massey, que propõe que o espaço é um conjunto ou entrelaçamento de trajetórias. Em seu livro “Pelo espaço” (2008), a autora guia os leitores por três perspectivas principais de sua concepção: A primeira é a de que o espaço é o resultado de inter-relações e interações em diferentes escalas, “desde o global até o intimamente pequeno” (p. 29). A segunda perspectiva, é que se o espaço é produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Ela aponta: “Multiplicidade e espaço são co-constitutivos”. Já a terceira perspectiva de Massey (2008, p. 29) é a de que o espaço está sempre em construção, “precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se”.

Por fim, é possível associar essas concepções à ideia de que “cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço” (LEFEBVRE, 1986, p. 199 apud HAESBAERT). Assim, por enfatizar o espaço como produto de inter-relações, a ideia de Massey pode ser aplicada em conjunto com a abordagem de “corpo-território”, que enfatiza a interdependência e constituição mútua entre esses dois elementos. Por isso, ao considerar o território em diferentes escalas, como propõe a autora, é essencial destacar a importância da “escala mais íntima, mais micro, que é o corpo” (HAESBAERT, 2021, p. 175).

Essa valorização da corporeidade⁶ tem sido enfatizada em estudos recentes na Geografia latino-americana. Para tal visão, o corpo é o local onde as relações de poder se manifestam e se materializam de maneira mais direta e palpável, sendo o ponto de interação entre o indivíduo e o mundo, onde as práticas de poder são exercidas, vivenciadas e experimentadas. Desse modo, pode-se apontar que essa conexão intrínseca entre corpo e estrutura territorial é como se “o território, enquanto unidade espacial funcional e expressiva, em uma sociedade cada vez mais individualista, estivesse sendo comprimido na ‘unidade espacial mínima’ que é o corpo” (HAESBAERT, 2021, 168).

Pensando na questão da deficiência, é notável que a corporeidade e a interação indivíduo-mundo é marcada pela corpo-normatividade e os padrões do que é considerado como “capacidade”. Há um controle social que define onde os corpos com deficiências podem estar e o que podem fazer, seja através da falta de acessibilidade e inclusão ou do julgamento e abjeção. Assim:

A abjeção ou repulsa que o corpo deficiente provoca nos “normais” afeta a relação com o outro e com o próprio corpo naquele que se sente diferente, [...] que se soma à exigência de encaixar o outro dentro de padrões hegemônicos antropométricos, fisiométricos e psicométricos, sendo ele exterminado ou segregado, apartado do convívio com os “perfeitos, belos e saudáveis”. (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 644, tradução nossa).

Vale destacar, ainda, que “existem muitos paralelos entre os significados sociais atribuídos aos corpos femininos e aqueles atribuídos aos corpos deficientes” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 19), posto que ambos são “considerados desviantes e inferiores; ambos são excluídos da plena participação na vida pública e econômica; ambos são definidos em oposição a uma norma que se presume possuir superioridade física natural” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 19). Essas conexões destacam a importância de reconhecer as interseções entre as opressões enfrentadas pelas mulheres com deficiência.

Nesse cenário, o poder do “macho”, conforme discutido por Safiotti (1987), desempenha um papel fundamental na manutenção e perpetuação de representações

⁶ Compreensão sobre o corpo assumida por Merleau-Ponty (1999). Para esse estudioso, o corpo humano só pode ser percebido e conhecido por meio de sua vivência e de sua experiência, portanto, entendido em sua integralidade (MERLEAU-PONTY, 1999). Corporeidade, então, é a manifestação dinâmica e integrada da existência humana e transcende a mera anatomia física; “significa um ser explicitando sua existencialidade, um ser que pensa o mundo, o outro e a si mesmo na tentativa de reaprender a ver a vida e o mundo”. (GONÇALVES-SILVA, *et. al.*, 2016, p.193).

estigmatizadas. A identidade social da mulher, assim como a do homem, “é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFIOTTI, 1987, p. 8). Assim, às mulheres são impostos papéis que, entre outras coisas, as ocultam da história, ainda que elas também a constituam. Desse modo, “a história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devir histórico” (SAFIOTTI, 1987, p. 10).

As mulheres, portanto, são ocultadas da história, da política e do poder, sendo delegadas, especialmente, ao labor doméstico e ao cuidado. Estes são processos associados a uma posição de "inferioridade" da mulher, sustentada pelo domínio masculino que é justificado, inicialmente, a partir da diferença corporal. “Presume-se que, originariamente, o homem tenha dominado a mulher pela força física” (SAFIOTTI, 1989, p. 16). Apesar disso, são inúmeros os cenários em que essa força pode ser equiparada ou, até mesmo, superada pelas mulheres. Por isso, “pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusivamente social” (SAFIOTTI, 1987, p. 16), porém “o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres” (p. 16).

Pode-se dizer, então, que as posições vulneráveis ligadas ao gênero e a deficiência atendem à manutenção de poderes hegemônicos. “Sem o corpo monstruoso para demarcar as fronteiras do genérico, sem o corpo feminino para distinguir a forma do masculino, e sem o patológico para dar forma ao normal, as taxonomias do valor corporal subjacente aos arranjos políticos, sociais e econômicos entrariam em colapso” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 30, tradução nossa).

Assim, resumidamente, de acordo com teóricas da área, as mulheres com deficiência enfrentam uma dupla desvantagem, devido a uma interseção de discriminação com base no gênero e na deficiência (MELLO, 2012). Essas relações são visíveis através de estudos realizados por Joseph (2005-2006), na Índia, e Dhungana (2006), no Nepal, cujas pesquisas demonstraram, por exemplo, que:

Ao contrário das mulheres não deficientes, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Há uma significação cultural de que as mulheres com impedimentos de natureza física são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e mãe. (Dhungana, 2006; Joseph, 2005-2006; McDonald et al., 2007; apud GESSER, 2012, p. 1).

É notável, assim, que a sociedade frequentemente subestima as capacidades dessas mulheres. Imersa neste contexto, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em 2016, a #ÉCapacitismoQuando contou com publicações na plataforma Twitter com relatos sobre o cotidiano das pessoas com deficiência, que denunciam o controle dos corpos. No que diz respeito a questões como sexualidade e afetividade, conforme narrado nas pesquisas apresentadas por Gesser (2012), alguns exemplos estão nas seguintes frases publicadas por usuários:

#ÉCapacitismoQuando acham que PcD não tem vida sexual ativa ou que só podem se relacionar com outro PcD (Anna, 4/12/2016)

#ÉCapacitismoQuando você considera uma mulher com deficiência incapaz de ter um relacionamento saudável por não ter um corpo padrão (Fatiane Oliveira, 1/12/2016).

#ÉCapacitismoQuando você acredita que pessoas com deficiência são assexuais ou que não fazem sexo (Gustavo, 21/09/2018)

As publicações destacam o caráter relacional do corpo, que adquire significado na relação com o cenário social, espaço este, marcado por “contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida” (DINIZ, 2007, p. 8). Vale dizer que é justamente essa insensibilidade que induz limitações à participação plena na sociedade e promove a atribuição de mitos e estigmas aos corpos com lesão. Além disso, as duas publicações parecem, ainda, destacar as dimensões da intimidade e afetividade.

As frases dialogam com a ideia geral de que corpos com deficiências são assexuados, o que “está diretamente relacionado com a crença de que essas pessoas são dependentes e infantis e, portanto, não seriam capazes de usufruir uma vida sexual adulta” (FRANÇA-RIBEIRO, 2001; DENARI, 2002; KAUFMAN; SILVERBERG; ODETTE, 2003; SHAKESPEARE, 2003; GIAMI, 2004; MAIA, 2006 apud MAIA, 2010, p. 164). Esse movimento também leva a uma representação predominante das mulheres com deficiências de forma negativa e passiva, com sua sexualidade e vida afetiva negadas em razão de sentimentos como piedade e mitos sobre seus corpos.

Além disso, se os padrões corporais que imperam, “têm o poder de desafiar a normalidade das pessoas tradicionalmente não deficientizadas, tanto mais constrangem e oprimem quem já se encontra assinalado pelo signo do desvio” (NOGUEIRA, 2019, p. 88). É o que descreve o tweet de Fatiane Oliveira, ao atestar que, por vezes, essas mulheres podem ser vistas como incapazes de ter um relacionamento saudável por não

terem um corpo dentro dos padrões. Nesse sentido, a autora Garland-Thomson exemplifica:

Uma mulher que usa cadeira de rodas, por exemplo, e também é muito bonita, relata que as pessoas muitas vezes respondem a ela como se esta combinação de características fosse uma contradição notável e lamentável. O julgamento de que o corpo da mulher com deficiência é assexuado e não feminino cria o que Michelle Fine e Adrienne Asch chamam de *rolelessness*, uma invisibilidade social e um cancelamento da feminilidade que pode levar as mulheres com deficiência a reivindicar a identidade feminina que a cultura lhes nega. (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 25, tradução nossa).

O corpo com deficiência, então, “se delinea quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência” (DINIZ, 2007, p. 9), o que significa que são as relações e as fronteiras que dão o sentido de *deficiência* aos corpos com lesão, diante dos padrões corporais e do ambiente construídos considerando apenas a existência das pessoas sem lesão. Vê-se, assim, a linguagem estrutural transpassando o corpo, mostrando como a corporeidade é embebida de questões políticas que produzem apagamentos e dão um sentido de “anormalidade” às pessoas com deficiência.

Desse modo, o corpo pode ser apontado “enquanto entidade relacional, mergulhada em um universo dinâmico e complexo de relações sociais, ou até mesmo algo próximo de um indivíduo-território” (HAESBAERT, 2004, p. 276 apud HAESBAERT, 2020, p. 168). Desse modo, é, ele mesmo, um lugar de disputas de poder e conflitos, de vida e de luta pela existência. Nesse sentido, especificamente o corpo com deficiência, representa “a materialidade da abjeção em sua acepção mais radical” (MELLO, 2018, p. 266). Por isso, essa é uma corporalidade potencialmente dissidente.

No contexto deste artigo, entende-se *corporalidades dissidentes* como aquelas nomeadas por Rosemarie Garland-Thomson (1997), tratando da questão da deficiência, como “corpos extraordinários”, que “são corpos de aparência extraordinária que chamam a nossa atenção e reiteradamente demandam nosso olhar, provocando fascínio em nós, porque eles destoam das expectativas que esperamos de um corpo ordinário” (MELLO, 2019, p. 267). Assim, “o corpo, e notadamente o corpo feminino e de outros grupos dissidentes, revela a concretude de inúmeras outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc.” (CRUZ HERNANDEZ, 2017, p. 43 apud HAESBAERT, 2020, p. 175).

Por outro lado, é importante reconhecer “a longa negligência e/ou o menosprezo em relação à multiplicidade inerente ao próprio corpo, ou seja, suas manifestações em termos de classe, gênero, raça, nacionalidade, capacitação física e idade ou faixa geracional” (HAESBAERT, 2020, p. 175). Nesse sentido, a hashtag relacionada ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência trouxe à tona debates cruciais por meio de postagens no Twitter como:

#ÉCapacitismoQuando o feminismo ignora as experiências de mulheres com deficiência” (1/12/2016)

#ÉCapacitismoQuando mulheres com deficiência são ignoradas ou invisibilizadas no Feminismo (Blogueiras Feministas, 7/12/2016)

#Écapacitismoquando eu vejo mais da metade das feministas da minha timeline ignorando as pautas das mulheres com deficiência. Tô de olho. (Fatine Oliveira, 3/12/2016)

Os tweets publicados evidenciam como a deficiência é “deixada de fora de vários pressupostos feministas *mainstream*”(GARLAND-THOMSON, 1997, p. 25). Esse processo resulta em uma lacuna na compreensão das experiências únicas e desafios enfrentados por mulheres com deficiência, que muitas vezes enfrentam discriminação dupla e podem ter as particularidades de suas pautas em conflito ou negligenciadas na luta pelos direitos das mulheres.

Por exemplo, embora feminismo denuncie legitimamente a objectivação sexual das mulheres, as mulheres com deficiência enfrentam frequentemente o que Harlan Hahn chamou de “objectificação assexuada”, a suposição de que a sexualidade é inadequada em pessoas com deficiência. as mulheres com deficiência a reivindicar a identidade feminina que a cultura lhes nega. (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 25).

Nos posts, vê-se aspectos que diferenciam a experiência feminina da masculina, bem como os silenciamentos que, até mesmo, os movimentos sociais podem promover. Apesar disso, é fato que “a deficiência, como categoria formal de identidade, pode pressionar a teoria feminista a reconhecer a diversidade física de forma mais completa” (GARLAND, THOMSON, 1997, p. 27). Outro exemplo da interseccionalidade entre gênero e deficiência está na postagem “**#ÉCapacitismoQuando** se questionam capacidade e vontade de uma mulher com deficiência de ter filhos. Liberdade reprodutiva é nosso direito” (Huracán Patrícia, 1/12/2016). A temática retorna dois anos depois, em publicação narrada pela usuária “Manu”, no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09/2018): “Dar palpite na decisão de uma mulher sobre ter filhos ou não

é machismo. E #ÉCapacitismoQuando quando o "conselho" para mulher com deficiência é que não tenha, "porque nessas condições..." (história verdadeira novamente)".

A análise das publicações da hashtag #ÉCapacitismoQuando pode mostrar como, na prática, as mulheres com deficiência podem enfrentar obstáculos ao acesso a serviços de saúde, educação sexual, e até mesmo ao engajamento em discussões feministas, bem como o pleno acesso ao direito de liberdade reprodutiva. A questão dialoga, assim, com o que apontam os tweets sobre a maternidade. “Embora a maternidade seja frequentemente vista como obrigatória para as mulheres, as mulheres com deficiência são frequentemente negadas ou desencorajadas do papel reprodutivo” (GARLAND-THOMSON, 1997, p. 27).

Desse modo, essas mulheres “têm por vezes de se defender contra a avaliação dos seus corpos como impróprios para a maternidade ou de si próprias como objetos infantilizados que ocasionam a virtude de outras pessoas” (GARLAND, THOMSON, 1997, p. 27). Com todos os fatores até aqui apresentados, os tweets escancaram que nenhuma vivência é universal e que o olhar de gênero é fundamental para discutir a questão do corpo-território na vivência da deficiência. Abaixo, outro exemplo de acionamento da multiplicidade do espaço-corpo:

#ÉCapacitismoQuando você, pessoa com deficiência, defende uma sociedade anticapacitista para as pessoas com deficiência, mas reverbera seu sexismo contra as mulheres, seu racismo contra as pessoas negras e sua homo/lesbo/bi/transfobia contra as pessoas LGBT. (Anahi apud MELLO, 2019, p. 138).

O tweet retrata como as pessoas com deficiência podem ser, ao mesmo tempo, vítimas de capacitismo e perpetradores de outras formas de preconceito, destacando a complexidade das identidades e experiências, bem como suas relações com os gêneros e as sexualidades. Em um contexto de sexismo, por exemplo, as deficiências e marcas das mulheres são traços materiais sobre as quais a alteridade cultural é construída (GARLAND-THONSOM, 1997).

Esses traços físicos são um discurso inscrito pela história na carne dos seres humanos, o que Paule Marshall chama de *life-sores* [...] O corpo é um texto que as próprias mulheres insistem em interpretar, ao mesmo tempo que resistem às fantasias e aos medos que os outros projetam sobre elas. (GARLAND-THONSOM, 1997, p. 139).

Além desses aspectos, o elo entre território e corpo pode ser abordado por diferentes perspectivas. Nesse sentido, mudando de abordagem, descreve Haesbaert (2021), o autor Echeverri (2004; ECHEVERRI; BOTERO, 2002) propõe não apenas a ideia de um "corpo-território", mas também a existência de um território dentro do próprio corpo. "O "território do/no corpo" admite a territorialidade dos próprios órgãos que o compõem" (HAESBAERT, 2021, p. 82). Para o autor, o território seria, antes de tudo, como "apetite, pulsação vital, desejo", partindo do modelo de crescimento de um ser vivo" (HAESBAERT, 2021, p. 80).

Echeverri (2004) descreve o primeiro território de toda criatura como o ventre materno, onde o ser em desenvolvimento obtém os nutrientes e condições necessários para crescer e se desenvolver (HAESBAERT, 2021). Nesse sentido, o corpo humano, desde o início de sua existência, estaria em constante interação com o ambiente, absorvendo recursos e energia para sua própria expansão.

O primeiro território de toda criatura é o ventre materno: um mar salino de onde a criatura obtém seu alimento e satisfaz seus desejos. Com a ruptura do nascimento, o território do bebê se torna o corpo de sua mãe e, sobretudo, seu seio de amamentar. Desde aí, esse território que foi único e autocontido deve estabelecer relações e tomar substâncias de outros "territórios" [inclusive de outras espécies] (ECHEVERRI, 2004:263, grifo do autor apud HAESBAERT, 2021, p. 80).

O autor destaca, assim, a necessidade de relações com outros "territórios" para a sobrevivência e reprodução, incluindo o corpo de outras pessoas. Ele ressalta a interligação entre a ideia de territorialização natural e a socialização territorial, onde as pessoas recorrem a territórios alheios para garantir sua sobrevivência. Isso cria um circuito de relações, seja de conflito ou complementaridade, com outros "agentes naturais ou humanos (HAESBAERT, 2021).

Outra autora relevante nesse debate – e que aprofunda a leitura "corpo-internalizada" do território –, é Zaragocin (2018), que exemplifica como certas partes do corpo podem gerar resistência de maneira distinta (HAESBAERT, 2021). Por exemplo, ela destaca que pessoas com próteses criam "uma territorialidade distinta através dessa parte de seus corpos" (p. 11 apud HAESBAERT, 2021, p. 178). Em 2016, denúncias da #ÉCapacitismoQuando evidenciaram como a cadeira de rodas é alvo de capacitismos específicos e, conseqüentemente, convoca resistência (ou r-existência) no instante em que o sujeito se faz presente em determinados ambientes.

#ÉCapacitismoQuando: Andantes entram pela porta da frente de qualquer estabelecimento comercial e cadeirantes pela garagem/lateral/fundos (Edison Ferreira, 21/09/2018)

#ÉCapacitismoQuando: Os provadores das lojas não cabem uma cadeira, os balcões de informação são muito altos, os taxistas perguntam "a cadeira vai também?" (te dedico essa última, @RebecaAllemand) (Vanessa Reis, 21/09/2018).

A cadeira de rodas, no contexto dessa abordagem, poderia ser um símbolo visível de que o corpo com deficiência possui sua autonomia e capacidade de se movimentar no mundo, ao passo em que põe em relação barreiras físicas e sociais que muitas vezes limitam a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade. Enfim, pode-se dizer que o que é denunciado na #ÉCapacitismoQuando mostra o corpo como um “ser sensitivo, a base material da nossa conexão com e da nossa experiência do mundo” (VALENTINE, 2001, p. 23 apud HAESBAERT, 2021, p. 165), além de como uma superfície marcada pela cultura (VALENTINE, 2001), aspectos que “aludem a traços de territorialidade presentes através do espaço do corpo” (HAESBAERT, 2021, p. 165).

Corpo e afetos: o primeiro território de luta

A campanha #ÉCapacitismoQuando foi pensada por um grupo de ativistas o qual integrava a pesquisadora Anahi Guedes de Mello. De acordo com ela, o time era composto por uma representação equilibrada de mulheres e homens com deficiência, sendo a maioria com deficiência física, seguida pela deficiência visual. Ao explicar o surgimento da mobilização, a autora menciona Sheldon (2016), destacando que foi um movimento de “base indignado, bem informado e vigoroso” (p. 73 apud MELLO, 2020, p. 135). Ainda sobre a criação da hashtag, ela aponta:

Em poucos tópicos, estruturamos discussões daquilo que queríamos enfatizar em uma ação [...] a hashtag #ÉCapacitismoQuando foi escolhida pelo grupo como uma forma de dar visibilidade a um cotidiano da experiência da deficiência a partir do que as próprias pessoas com deficiência deflagraram como uma sociedade e relações capacitistas. (MELLO, 2020, p. 135).

A afirmação de Mello evidencia o quanto a ação para o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência mostra a articulação de afetos e ecologias de pertencimento enquanto engajamentos (GOMES; FARIAS, 2021). Destaca-se que *afetos* são

compreendidos como “formas de engajamentos que, para Lawrence Grossberg (2010, 2018), são organizadas e mobilizadas nas práticas culturais, articulando orientações, humores, paixões, discursos e visões de mundo, e deixam ver *ecologias de pertencimento*” (GOMES; FARIAS, 2021, p. 279, ênfase nossa).

Os afetos são maneiras pelas quais os sujeitos se envolvem com o mundo, são algo que mobiliza e toca, fazendo um convite à ação. Eles mostram como as pessoas se relacionam e se sentem parte de determinados contextos (sociais e culturais) e comunidades, não são estáticos e estão em constante transformação e negociação, influenciados por fatores sociais, históricos e políticos. Desempenham um papel importante na formação de subjetividade dos sujeitos, ao passo em que, conforme Grossberg chama a atenção, “há uma suposição de que o afeto é mais natural do que construído e necessariamente desorganizado” (GROSSBERG, 2010, p. 193 apud GOMES; FARIAS, 2021, p. 290).

Nas mobilizações contra o capacitismo no Brasil, há afetos e ecologias de pertencimento sendo construídos, promovendo disputas na relação com um território que promove o discurso "biomédico-reabilitativo-caridoso" (MELLO, 2020) nas políticas para pessoas com deficiência e a hierarquização das capacidades corporais humanas. Alguns exemplos são notáveis em publicações como:

#ÉCapacitismoQuando se fala em pessoas com deficiência pra justificar a criminalização do aborto. É falso, covarde e conveniente” (Huracán Patrícia, 1/12/2016)

#Écapacitismoquando as vagas oferecidas para PcD são apenas de nível fundamental, como se PcD não pudesse ter ensino superior ou mais” (Anna, 4/12/2016).

Assim como nos fluxos ativistas em outras lutas sociais, como a indígena, discutida por Gomes e Farias (2021), esse ativismo ressalta “a vida, o movimento e as possibilidades de existência de outras formas de vida – e, dessa forma, com as identidades como relacionalidades de pertencimento, interligando lutas contra formas e estruturas de poder opressoras, como o racismo, o machismo, a misoginia e a homofobia” (GOMES; FARIAS, 2021, p. 291).

Nesse passo, o território “descreve uma realidade afetiva, ou melhor, um conjunto complexo de articulações e registros afetivos que constituem diferentes modos de viver em locais já socialmente determinados (...)” (GROSSBERG, 2020, p. 34, tradução nossa). Assim, a articulação entre corpo e território reconhece os afetos e as lutas individuais do

corpo como integrados às lutas coletivas e dinâmicas sociais mais amplas, portanto, o corpo é o "primeiro território de luta" (HAESBAERT, 2021). Como espaço habitado, o território é uma extensão do corpo, tornando-o o ponto de partida do pertencimento. Assim, pensar as lutas do "primeiro território" também invoca reparar no quanto a corporeidade é o nível decisivo das relações de poder.

Na exploração, é o "corpo" que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome [...] É o "corpo" o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores [...] Nas relações de gênero, trata-se do "corpo". Na "raça", a referência é ao "corpo", a "cor" presume o "corpo". (QUIJANO, 2010, p. 126 apud HAESBAERT, p. 172).

Para o machismo e a LGBTQIA+fobia, também a referência é o corpo, assim como os gêneros também são inscritos no corpo. Uma inscrição feita "sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura" (LOUROS, 2015, p. 11). Do mesmo modo, para o capacitismo, a referência é o corpo. Nos antigos "Shows dos Horrores" (*Freak shows*), eram, comumente, corpos com deficiências os alvos dos olhares e do aprisionamento, por exemplo. Assim, não em vão, os corpos também se tornam agentes vivos que refletem as realidades políticas, sociais e geopolíticas do dia a dia (LIMA, 2020). É o caso do que mostra a campanha #ÉCapacitismoQuando, que foi criada durante o momento político em que houve, no Brasil, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e a instituição do seu vice, Michel Temer (PMDB), ao poder.

Em sua autoetnografia sobre a criação da campanha, Mello (2020) descreve que, desde aquele ano, percebeu apatia entre lideranças do ativismo pelas PCDs em relação "aos efeitos ideológicos e materiais das desinstitucionalizações estatais de questões trabalhistas, de saúde e previdenciárias" (p. 136). A autora observa, ainda, que essas reformas foram acompanhadas por um refluxo do discurso biomédico nas políticas públicas para as pessoas com deficiência. No contexto da campanha, esse modelo de pensamento, apesar de ainda ser hegemônico no senso comum, já havia sido superado pela legislação brasileira, com a instituição, em 2015, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Tal discurso parte de uma premissa na qual se oferecem "curas" e "correções" como única alternativa para o bem-estar das PCDs, ignorando problemas sociais e promovendo a busca por interferências corporais diretas (SAMPAIO, 2019), pois considera-se que as experiências de segregação, à exemplo do desemprego, são causadas

pela inabilidade do corpo com impedimentos (DINIZ et. al, 2009). Enfim, foi nesse clima político que a mobilização do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência se deu em 2016. Anahí Guedes de Mello narra:

Mesmo que a análise dos fatos políticos à época não tenha sido pautada minimamente aqui, o grupo da mobilização sentiu a necessidade de produzir algo coletivamente perante o momento politicamente conturbado.[...] acreditávamos que nos momentos de crise institucional *as pessoas com deficiência precisavam demarcar suas posições*. (MELLO, 2020, p. 136, grifo nosso).

A situação explicitada mostra (1) como diferentes modelos de pensamento sobre a deficiência em vigor numa sociedade são capazes, inclusive, de interferir diretamente nas políticas públicas destinadas aos corpos das PCDs e (2) como afetos se formam diante de um momento que convoca para a demarcação de posição (ou, melhor, de território) com objetivo de preservar o próprio corpo e seus direitos. Todo esse processo remonta a *geopolítica dos corpos sensíveis* (LIMA, 2020), “correspondente à relação formada entre espaço e poder mediada pela (inter)corporalidade” (HAESBAERT, 2021, p. 165).

Em suas reflexões, Lima (2020) relembra as falas de uma antiga professora de geopolítica sobre a experiência empírica do cidadão com o Estado: “quando um cidadão apanha da polícia, sente na pele a ação do Estado, dizia ela” (LIMA, 2020, s/p.). O autor, destaca, assim, que “em que pese o problema ético da conduta policial contido no exemplo, o corpo aparece aí como a contraface empírica da experiência cidadã em decorrência dessa acupunturista ação do Estado” (LIMA, 2020, s/p.).

Os corpos, então, tornam-se sensíveis, “não apenas corpos sencientes, capazes de experimentar o prazer e a dor, a saúde e a doença, mas corpos que afetam e são afetados pela trama completa de suas existências” (LIMA, 2020, s/p). Então, uma geopolítica dos corpos sensíveis “trata-se de sujeitos corporificados que constituem a face vívida das realidades geopolíticas cotidianas”. (LIMA, 2020, s/p.). Desse modo, a experiência do corpo da pessoa com deficiência é moldada por fatores políticos e sociais, como as normas de saúde – especialmente considerando o Modelo Médico de pensamento sobre a deficiência– e as representações culturais, além do biopoder e as ações do Estado, que podem afetar diretamente seus corpos e vivências.

Além disso, Lima (2020) destaca a importância dos corpos sensíveis, propriamente ditos, na busca de significado para superar os desafios territoriais. Nesse sentido, as postagens do Twitter que mencionam #ÉCapacitismo destacam a relação entre

corpos e a invisibilidade, bem como barreiras, remetendo à essa negociação. Elas se relacionam diretamente com as reflexões de Lima (2020) sobre a geopolítica dos corpos e a maneira como o Estado afeta as experiências dos cidadãos, inclusive aqueles com deficiência.

#ÉCapacitismoQuando se faz um congresso de autismo sem autistas (Alexandre Mapurunga 1/12/2016);

#ÉCapacitismoQuando escolhem secretários das pastas dos direitos dos PCDs e diretores ou presidentes de entidades sem nenhuma deficiência. (Amauri Júnior, 1/12/2016).

#ÉCapacitismoQuando o surdo passa no concurso e não pode assumir pq “o médico alegou que a surdez em si seria um impeditivo para eu exercer o magistério”. Ele recorreu e acabou conseguindo assumir a vaga. Ensinou geografia a estudantes surdos por quatro anos. (Bia Cardoso, 21/09/2018)

São demonstrações da falta de inclusão e reconhecimento das vozes e perspectivas das próprias pessoas com deficiência. Assim, nota-se que os indivíduos, como aponta Lima (2020), são não só sujeitos corporificados, mas corporificados territorializados. “São cidadãos que habitam, produzem, consomem, se divertem, envelhecem, se cuidam e se deslocam, que amam e sonham, enfim, que existem. E essa existência é, em si mesma, espacial e interseccional” (LIMA, 2020, s/ p.). Tais reflexões destacam o papel do corpo no processo de percepção de realidade, conseqüentemente da emoção e da sensibilidade, bem como mobilização através dos afetos.

O sociólogo alemão Georg Simmel (1981), que, no início do século passado, “já chamava nossa atenção para a importância das ações recíprocas entre os homens e o papel dos sentidos nessa interação” (CIDREIRA, 2020, p. 156), bem como estabelecia uma associação entre sentimento e sensação, argumenta que

As impressões provenientes dos sentidos se remetem, ao mesmo tempo, ao sujeito e ao objeto. Ao sujeito, na medida em que “despertam nele um sentimento, um estado de espírito” e ao objeto “enquanto lhe servem como instrumentos de seu conhecimento (CIDREIRA, 2020, p. 156).

A reflexão dialoga bem com a Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty (1999), onde o corpo aparece como a sede da percepção e, portanto, como meio da experiência (CIDREIRA, 2020). Nesse sentido, “engajo-me com meu corpo entre as coisas, elas coexistem comigo enquanto sujeito encarnado, e essa vida nas coisas não tem nada de comum com a construção dos objetos científicos” (MERLEAU-PONTY, 1999,

p. 252). Também, “é por meu corpo que compreendo o outro, assim como é por meu corpo que percebo ‘coisas’” (Ibid, p. 253).

Georg Simmel (1981) teria, então, antecipado o que seria a “história das sensibilidades”, “um esforço de compreender a importância da atividade emocional, considerando o regime dos valores sensoriais na organização de uma vida em comunidade” (CIDREIRA, 2020, p. 156). Ao ressaltar que “cada sentido fornece, de acordo com sua especificidade, informações características para a construção da existência coletiva” (SIMMEL, 1981, p.225 apud CIDREIRA, 2020, p. 157), o autor reafirma “a dimensão sensível da cultura” (CIDREIRA, 2020, p. 157). Além disso, sobretudo quando falamos em experiência estética, como aquela proporcionada pela #ÉCapacitismoQuando, o tema da sensibilidade é fundamental (CIDREIRA, 2020).

Na experiência estética, o objeto de apreciação se torna completamente sensível, se revela em sua totalidade aos nossos sentidos e percepção. Voltando às considerações de Simmel, destaca-se que o autor “nos faz refletir sobre o fato de que sempre nos confrontamos com um todo, com algo que unifica e esclarece, portanto, com uma unidade significativa” (CIDREIRA, 2020, p. 159). Assim, “seja na vida prática ou na confrontação com uma obra de arte, é sempre uma unidade que é constituída através do meu ato perceptivo” (CIDREIRA, 2020, p. 159). “Ao olhar através de uma janela visualizamos uma parte, uma secção da paisagem, e, no entanto, vemos lá fora um todo, a saber, o mundo. A parte aparece, assim, como representativa do todo” (CIDREIRA, 2020, p. 159).

Nesse sentido, Williams (1979) propõe a noção de “estrutura de sentimento”, descrevendo a forma como as emoções e os valores de uma sociedade não são apenas individuais, mas também coletivos e moldados por contextos culturais, políticos e sociais mais amplos. Ao acionar essa noção, é necessário “tomar os processos coletivos/compartilhados, nos quais compreensão, cognição, gestos, interpretações e linguagem estejam interligados e existam não percebidos de forma consciente pelos agentes, mas incorporados em práticas culturais” (GOMES; ANTUNES, 2019, s/ p.).

O conceito de “estrutura de sentimento” também está “na origem da abordagem que Lawrence Grossberg dá ao conceito de afeto” (GOMES; ANTUNES, 2019, s/ p.). Segundo o autor, “vida cotidiana não é simplesmente as relações materiais; é uma estrutura de sentimento, e é aí que quero localizar o afeto” (GROSSBERG, 2010b, p. 313 apud GOMES; ANTUNES, 2019, s/p.). Dessa forma,

Para Grossberg, estrutura do sentimento tem a ver com os limites da significação, da representação, referindo-se àqueles elementos presentes na produção discursiva, mas que não são capturados por noções de significação ou representação. É naquela espécie de lacuna entre o que pode ser traduzido como significativo ou cognoscível e o que é vivível que ele localiza o afeto. (GROSSBERG, 2010b, p. 318 apud GOMES; ANTUNES, 2019, s/p.).

Nesse contexto, as situações denunciadas pela hashtag #ÉCapacitismoQuando podem ser vistas como uma expressão da estrutura de sentimento de uma sociedade que ainda é marcada pelo preconceito e pelo estigma contra as pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, os posts sensibilidades particulares que representam a totalidade do problema do capacitismo. Os posts revelam, assim, sensibilidades que estão por trás do convívio com barreiras que impedem a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade. É, portanto, caro, nesse cenário, destacar as dimensões existentes da acessibilidade, as quais os posts parecem indicar como negligenciadas. As seis dimensões da acessibilidade são:

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p. 1-2).

As publicações, assim, acionam afetos e engajamentos que mobilizam e tensionam, especialmente, a dimensão da acessibilidade atitudinal para o corpo-território das pessoas com deficiências. Tal dimensão envolve, seja no campo do lazer, trabalho, educação ou outros, a necessidade de sensibilização para a convivência na diversidade humana, eliminação de preconceitos e estereótipos, bem como a realização de atividades de conscientização (SASSAKI, 2009), assim, diz respeito à produção discursiva, interpretações e linguagens incorporadas nas práticas culturais.

Além disso, os tweets não apenas chamam a atenção para a importância da dimensão atitudinal da acessibilidade, como permitem o questionamento sobre a maneira como a noção de acessibilidade é tradicionalmente apresentada. Em postagens como "*#ÉCapacitismoQuando* se faz um congresso de autismo sem autistas (Alexandre Mapurunga 1/12/2016)" nota-se um processo de instabilização e desarticulação das concepções de acessibilidade, explorando possibilidades de recusa a uma perspectiva de

inclusão que não abrange o que seria a verdadeira participação plena ou, ainda, o lema “Nada sobre nós, sem nós”, usado como bandeira “para se construir o poder político necessário às mudanças nas instituições a fim de incluir as pessoas com deficiência como seres humanos plenos e desconstruir as sociedades incapacitantes” (SASSAKI, 2007, p. 4).

Assim, a hashtag evidencia a inclusão como “o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações” (SASSAKI, 2009, p. 10). Nesse cenário, a dimensão atitudinal, representada pelas publicações, destaca que as mudanças na cultura, nas instituições e nas relações sociais têm o potencial de impactar significativamente como as pessoas com deficiência experienciam o mundo e interagem umas com as outras.

Em um contexto de considerações quanto à estrutura de sentimento, é fundamental a compreensão de que as representações culturais, normas sociais e sensibilidades se entrelaçam na experiência dessas pessoas, devendo a acessibilidade e a inclusão perpassar por esses aspectos. Trata-se de uma dimensão coletiva que também se estende, inclusive, à memória.

Corpo, memória e espaço

A essa discussão é trazida a perspectiva ligada a muitos povos originários, para os quais o corpo tem um papel decisivo na interação espaço-tempo. “É como se ele fosse a condensação da memória expressa, por exemplo, nos rituais de iniciação” (HAESBAERT, 2021, p. 171). Nesses ritos, como os que marcam a transição da infância para a vida adulta, o corpo de um rapaz pode, por exemplo, ser marcado por facas ou pedras de um modo que, quando esquecido o sofrimento, restarão os sulcos e cicatrizes deixados em sua pele.

Tais marcas, proclamam a forma como a “sociedade dita a sua lei aos seus membros, [e] inscreve o texto da lei sobre a superfície dos corpos” (CLASTRES, 1978, p. 129 apud HAESBAERT, 2021, p. 172). Porém, mais do que isso, mostram que o corpo “traz impressos em si os sulcos da lembrança” (HAESBAERT, 2020, p. 172), imbricando de tal forma espaço e tempo que, a partir daí – nos mostra essa sabedoria ancestral –, “o corpo é uma memória”.

No caso do corpo com deficiência, são encontradas cicatrizes que marcam uma identidade e demarcam o espaço que essa pessoa ocupará na sociedade. Conforme a teoria de Goffman (1988), “os corpos são espaços demarcados por sinais que antecipam papéis a ser exercidos pelos indivíduos” (DINIZ, 2007, p. 12). Nesse sentido, é possível reafirmar o corpo como “espaço moldado por relações de poder que não apenas o marcam, mas o definem como ente internalizador por excelência do poder social” (HAESBAERT, 2021, p. 172). Este espaço, para os povos originários, “nunca pode ser dissociado de sua condição corporal– ao mesmo tempo individual e coletiva” (*ibidem*).

Assim, a dita “memória inscrita” convoca marcas da história individual, mas também de toda uma minoria social que carrega em si uma trajetória de séculos de capacitismo no mundo. A partir dessas concepções, é possível compreender “a impossibilidade de uma memória exclusivamente ou estritamente individual, uma vez que as lembranças dos indivíduos são, sempre, construídas a partir de sua relação de pertença a um grupo” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Essa é uma consideração estabelecida por Halbwachs (1990), que propõe o conceito de “memória coletiva”, apontando a memória como algo moldado e compartilhado por grupos e sociedades. Nesse sentido, Halbwachs também introduziu o conceito de “quadros sociais da memória”, que se refere aos contextos sociais e culturais nos quais as memórias são formadas e mantidas.

Assim, a memória coletiva, propriamente dita, é “o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291). O produto deste empreendimento consistiria em uma espécie de repositório de recordações compartilhadas, as quais constituem o cerne dessa memória coletiva (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). Enfim, ao diferenciar e estabelecer uma conexão entre a memória individual e a memória coletiva, Halbwachs destaca a presença de uma dinâmica na qual

É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória. (DUVIGNAUD, 1990, p.9-10 apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292).

Isso significa que a memória é influenciada pelas experiências e interações com outras pessoas – e, arrisca-se aqui dizer: com o território –, o que torna impossível separar completamente a memória individual da influência social. Apesar disso, a lembrança

peçoal desempenha um papel importante como testemunho contra ou a favor das influências coletivas. "A lembrança não se constrói sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas". (CARDINI, 1993 apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292). Ao mesmo tempo, a lembrança pessoal enfrenta a influência das imagens coletivas, mas também possibilita que elementos de natureza pessoal se façam ouvir acima do ruído da memória coletiva.

Carregando a memória coletiva inscrita no corpo, o passado estigmatizante pode continuar a influenciar as vidas no presente, criando uma sobreposição de tempos. Ela faz refletir, ainda hoje, uma realidade que remonta a um passado estigmatizante, além de, claro, as vivências de cada um diante de suas particularidades. Pode-se dizer, assim, que o tempo não é linear e único, e é parte constitutiva do próprio território.

Vale dizer que, já por si o mundo está carregado de tempo e, por isso, toda territorialização de qualquer lugar do mundo, por parte de qualquer comunidade humana, não só expressa o tempo da comunidade humana que o executa, como tal processo de territorialização estará sempre carregado do tempo do mundo em si mesmo. (WIR, 2019, p. 17 apud HAESBAERT, 2021, p. 37).

Hoje o Brasil segue demarcações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada em 2008, mas carrega consigo discursos piedosos e caritativos que remontam a um passado quando, por exemplo, crianças com deficiências eram abandonadas por suas famílias e levadas às "rodas de expostos", onde eram deixadas para serem acolhidas por pessoas religiosas que, por vezes, assumiam atitudes paternalistas com esses sujeitos (JANNUZI, 2004; FERNANDES et al., 2011). No Twitter, em 2016, o usuário Gabriel Matheus publicou "*#Écapacismoquando o profissional de saúde trata a pessoa com deficiência com voz de criança*".

O paternalismo aparece, apesar de reconfigurado, representando uma dimensão residual da temporalidade, mas é confrontado por uma ação com potência de transformação que o questiona e chama o público para observar um problema social por vezes ignorado.

As situações expostas destacam as conexões entre futuro e passado, assim como as articulações entre elementos dominantes, residuais e emergentes (GOMES; ANTUNES, 2019) na vivência das pessoas com deficiência e no Dia Internacional da Pessoa Com Deficiência. Também o cenário político em que a campanha

#ÉCapacitismoQuando surgiu, com o fortalecimento do antigo discurso biomédico, remete a tempos anteriores à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que reconheceu a necessidade de reformar o ambiente para superar barreiras e não o indivíduo. Essas características deixam ver as diferentes temporalidades coexistentes, marcando os corpos com leis sociais e memória, não como entidades separadas, mas sim uma teia complexa e interconectada de narrativas.

Segundo o Estatuto, por exemplo, é assegurado o direito à saúde, que engloba a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde do Brasil no atendimento às pessoas com deficiência, conforme disposto no Art. 18:

§ 2o É assegurado atendimento segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia. (BRASIL, 2015, p. 16).

Em contrapartida, o perfil “Marina – rodando pela vida”, publica: “#ÉCapacitismoQuando a saúde reprodutiva de um grande número de mulheres com deficiência é ignorada e jogada para debaixo do tapete”. Já em uma postagem de 2020, quatro anos depois da mobilização convocada originalmente pela campanha, uma postagem utiliza a hashtag para descrever diferentes situações de capacitismo persistentes, ao narrar “#ÉCapacitismoQuando: Tratar uma pessoa deficiente de forma infantilizada, incapaz de compreender o mundo, um problema em um serviço público por exigir acessibilidade, assexualizada, inferior ou que deva ser medicada e afastada do convívio comum dos demais cidadãos são exemplos de Capacitismo” (izargt).

Essas questões reforçam a complexa interação entre corpo, memória e espaço, que transcende a mera conformação física e se estende ao âmbito sociopolítico. Vale destacar, ainda, que se trata de espaços da memória que empoderam.

No caso dos espaços de memória, eles podem ser concebidos como território – ou, pelo menos, como territorialidade – no momento em que destacamos o poder simbólico embutido em sua construção. Assim, também “empoderamo-nos” pela simbolização que fazemos do espaço e, ao mesmo tempo, “somos empoderados” pela evocação que esses espaços de memória incorporam e que sensibiliza e reforça nossa construção identitária. Mais adiante comentarei esta outra distinção relevante, entre território e territorialidade. (HAESBAERT, 2015, p. 6).

O movimento #ÉCapacitismoQuando utiliza de estratégias de comunicação para ilustrar a necessidade de reconfigurar as relações de poder que há muito tempo moldaram o espaço ocupado pelas pessoas com deficiência na sociedade, abrindo caminho para um futuro mais inclusivo. No Brasil contemporâneo, a luta por direitos das pessoas com deficiência é uma manifestação desse constante entrelaçamento entre tempos passados e futuros, onde as narrativas do paternalismo do passado confrontam as demandas por igualdade, respeito e inclusão no presente.

Considerações Finais

As questões aqui apontadas expõem como corpo e território se imbricam na vivência e sensibilidades das pessoas com deficiência: através da memória, dos afetos, das múltiplas temporalidades e da geopolítica dos corpos. O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, de 2016, e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, em 2018 – por meio das provocações da #ÉCapacitismoQuando –, são exemplos do corpo-território das PCDs tomando o espaço midiático como forma de demarcação de identidade e luta. São revelados afetos, temporalidades e, ainda, potência para desestabilizar as ideias da deficiência como uma experiência universal, mostrando como cada vivência – que é combinada por fatores como gênero, classe social e raça, além de, é claro, as diferenças entre cada tipo de deficiência – é única e aciona distintas camadas do território.

Cada incidente de capacitismo descrito pelos usuários da hashtag revela aspectos da estrutura de sentimento ligada à discriminação e ao estigma enfrentados pelas pessoas com deficiência na sociedade como um todo. Ao olhar para essas partes ou exemplos específicos, podemos reconstruir a totalidade do problema do capacitismo, posto que essas são experiências particulares que revelam uma dimensão coletiva dos sentimentos e atravessamentos.

Assim, para responder à questão inicial sobre quais são os territórios demarcados nos e pelos corpos com deficiências, especialmente os corpos femininos, é possível apontar que neles estão inscritas as normas e discriminações presentes na estrutura social, o que, conseqüentemente, impõe regras de conduta e comparações. Há, em cada corpo particular, uma dimensão coletiva de sensibilidade e percepção, atravessadas pela memória, o tempo, as relações e as lutas pela vida. Nesse contexto, os afetos desempenham um papel crucial enquanto formas de engajamento que impulsionam a mobilização, o ativismo e a busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária para as

peças com deficiência. Portanto, a partir da perspectiva do corpo-território e dos afetos, é possível analisar como as memórias e cicatrizes invocadas pela lesão no corpo, os territórios demarcados nos corpos com deficiências e a lei da sociedade são acionados simultaneamente no contexto do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e da campanha digital, trazendo à tona as experiências, lutas e aspirações das pessoas com deficiência.

A campanha revelou, ainda, como as barreiras físicas e sociais, como a falta de acessibilidade e a estigmatização, limitam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. No entanto, também demonstrou a resistência e a luta dessas pessoas para reivindicar seus corpos como espaços de autonomia e capacidade. Ademais, como visto, o corpo “traz impressos em si os sulcos da lembrança” (HAESBAERT, 2020, p. 172) ou, ainda, carrega consigo as marcas da construção social e histórica da sociedade em que está inserido; uma memória incapaz de ser exclusivamente individual, posto a inevitável dimensão coletiva e a relação de pertença dos sujeitos sociais (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Assim, para responder à pergunta “quais memórias a lesão invoca?”, é possível dizer que, na vivência das pessoas com deficiência, conforme os diálogos favorecidos pelas publicações da #ÉCapacitismoQuando, a lesão parece invocar a memória coletiva das barreiras, especialmente as atitudinais, bem como da luta por modos de vida. Essa memória dialoga com problemas relacionados às concepções estigmatizantes sobre sua sexualidade, sensualidade e possibilidades de formação de família, invisibilidade dentro dos movimentos sociais, como o feminismo, falta de acessibilidade e de representatividade.

Desse modo, dos antigos “Shows dos Horrores” (Freak shows), que usavam pessoas com deficiência como elemento de entretenimento, aos atuais problemas de acessibilidade, causados pela desconsideração da variedade corporal humana, o capacitismo mostra as faces diversas de suas distintas temporalidades; daquilo que poderia ser “coisa do passado”, mas permanece; daquilo que ainda diz respeito a um mesmo conjunto de crenças ou negligências que impõem que determinados corpos não devem estar em determinados lugares.

Estes são alguns elementos que constituem a estrutura de sentimento, que se relaciona com a memória coletiva invocada pela lesão, a qual se liga, ainda, à luta contra o capacitismo. Tais espaços de memória “podem ser concebidos como território – ou, pelo menos, como territorialidade – no momento em que destacamos o poder simbólico

embutido em sua construção”. Considerando isso, os espaços de memória empoderam os sujeitos, sensibilizam e reforçam a identidade (HAESBAERT, 2015). Nesse contexto, a #ÉCapacitismoQuando permite identificar, “em espaços do passado – ou do passado que se condensa no presente [...] – a força de determinados referenciais concretos que, imbuídos de um profundo simbolismo, podem provocar em nós uma espécie de viagem no tempo” (HAESBAERT, 2015, p. 6).

É, portanto, assim, que passado, futuro e presente se relacionam nas vivências apontadas pela campanha, posto que distintas temporalidades são acionadas e coexistem. Além disso, a relação entre corpo e território pode ser representada na geopolítica dos corpos sensíveis, que se tornam agentes vivos que refletem as realidades políticas, sociais e geopolíticas do dia a dia (LIMA, 2020).

Conforme apresentado, se “quando um cidadão apanha da polícia, sente na pele a ação do Estado” (LIMA, 2020, s/p.), quando uma pessoa com deficiência é impossibilitada de se deslocar, por falta de acessibilidade, também sente na pele a negligência do Estado. Sente, ainda, o que há de residual de um passado de extremo preconceito e um presente que, embora apresente um sistema de leis voltadas à inclusão, ainda é sujeito às falhas.

Referências

- ANNA. #Écapacitismoquando as vagas oferecidas para PcD [...]. Twitter: @annadotwitter. Disponível em: <https://twitter.com/annadotwitter/status/805421136892850176>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. “Aparência e sensibilidade na Cultura”. In: Memória e Sensibilidade na Cultura Contemporânea. Renata Pitombo Cidreira (Org.). Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2020. 192 p.
- DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. 96 p. (Coleção Primeiros Passos).
- DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, p. 64-77, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota; FARIAS, Daniel Oliveira. Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil. *Revista ECO-Pós*, v. 24, n. 2, p. 277-308, 2021.

FEMINISTAS, Blogueiras. #ÉCapacitismoQuando o feminismo ignora as experiências de mulheres com deficiência. Twitter: @blogfeministas. Disponível em: <https://twitter.com/blogfeministas/status/806627326763159559>. Acesso em: 2 jul. 2023.

FERREIRA, Edison. #ÉCapacitismoQuando Andantes entram pela porta da frente de qualquer [...]. Twitter: @opaidaguerreira. Disponível em: <https://twitter.com/opaidaguerreira/status/1043243404568788992>. Acesso em: 2 jul. 2023.

THOMSON, Rosemarie Garland. *Extraordinary bodies: Figuring physical disability in American culture and literature*. Columbia University Press, 1997.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 557-566, 2012.

GROSSBERG, L. Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. *MATRIZES*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 13-46, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111738>. Acesso em: 7 jan. 2024.

GROSSBERG, L. *Cultural studies in the future tense*. Duke University Press, 2020.

GOMES, Itania Maria Mota; ANTUNES, Elton. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. *Galáxia* (São Paulo), p. 0008-0021, 2019.

GONÇALVES-SILVA, Luiza Lana et al. Reflexões sobre corporeidade no contexto da educação integral. *Educação em Revista*, v. 32, p. 185-209, 2016.

GUSTAVO. #ÉCapacitismoQuando você acredita que pessoas com deficiência são assexuais [...]. Twitter: @torniero. Disponível em: <https://twitter.com/torniero/status/1043212577722052610>. Acesso em: 2 jul. 2023.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina* / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Múltiplos territórios de memória*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, SP. 1990.

LIMA, I. A condição geopolítica dos corpos sensíveis. Paisagens Híbridas, 2020. Disponível em: <https://paisagenshibridas.eba.ufrj.br/2020/04/01/a-condicao-geopolitica-dos-corpos-sensiveis/>. Acesso em: 17/10/2023.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Revista brasileira de educação especial, v. 16, n. 02, p. 159-176, 2010.

MASSEY, Doreen B. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATHEUS, Gabriel. #écapacismoquando o profissional de saúde [...]. Twitter: @GabrielMatheus_. Disponível em: https://twitter.com/GabrielMatheus_/status/804400156309385216. Acesso em: 2 jul. 2023.

MELLO, Anahi Guedes; PRATA, N.; PESSOA, S. C. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacismoQuando no Facebook. Desigualdades, gêneros e comunicação, p. 125-142, 2019.

MELLO, Anahi G.; NUERNBERG, Adriano H. “Gênero e deficiência: interseções e perspectivas”. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 07/04/2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção; [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999

MILA. #écapacismoquando você parabeniza amigos [...]. Twitter: @milamesmo. Disponível em: <https://twitter.com/milamesmo/status/805040233943355393>. Acesso em: 2 jul. 2023.

MIRANDA, Eduardo O. Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: Edufba, 2020.

NOGUEIRA, Cláudia. Biopoder e de(s)cientização feminina: opressões, riscos e expressões subversivas na afirmação do corpo-desejo. In: SANTOS, Ana Cristina; FONTES, Fernando; MARTINS Bruno Sena; SANTOS, Ana Lúcia. Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima. Almedina, 2018.

PATRÍCIA, Huracan. #ÉCapacismoQuando se questionam capacidade e vontade de uma mulher [...]. Twitter: @paty_kisses. Disponível em: https://twitter.com/paty_kisses/status/804333560995975168. Acesso em: 2 jul. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REIS, Vanessa. #éCapacitismoQuando os provadores das lojas não cabem uma cadeira, os balcões [...]. Twitter: @neereis. Disponível em: <https://twitter.com/neereis/status/1043244634581999619>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. <Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 04/01/2024.

_____, Romeu Kazumi. Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão. Rev. Nac. Reabil, v. 10, n. 57, p. 8-16, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Psicologia Usp, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos, v. 2, p. 16-25, 2019.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1971], 1979.

Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em (dezembro de 2023).